

Passageiros do naufrágio

Os números da economia brasileira, embora festejados pelo governo Fernando Henrique Cardoso, preocupam cada vez mais os observadores que não são obrigados a alimentar o oba-oba do otimismo. Segundo cifras divulgadas pela *Folha de S. Paulo*, mas recolhidas pela Confederação Nacional da Indústria, o Brasil de FHC acaba de bater mais um recorde negativo: as exportações caíram, no final de 1996, para somente, 0,868% do total de US\$ 5,558 trilhões exportado em todo o mundo. Portanto as exportações brasileiras foram de apenas US\$ 47,7 bilhões. Em 1980, a participação do Brasil no comércio mundial fora de 1,055% do total.

Outros números são ainda mais assustadores. Na Grande São Paulo, por mais que as cifras sejam maquiladas, o total de desempregados, desde a implantação do Plano Real, passa de 1,3 milhão. Nenhuma unidade federativa, no entanto, supera o recorde de desemprego de Bra-

sília, da ordem de 17% da população economicamente ativa.

Enquanto isso, as autoridades procuram bodes expiatórios para justificar erros cometidos durante o processo de privatizações. A Petrobras, que fora obrigada a desfazer-se da Petroquisa — numa das operações mais danosas já feitas contra o erário —, é responsabilizada por esse presente que o Brasil deu aos que especulam com o patrimônio nacional.

Por outro lado, a dívida pública do Orçamento cresceu de maneira violenta e vai determinar a redução nas porcentagens de recursos aplicados em programas sociais.

Segundo o doutor em Economia da Universidade de Hamburgo Adriano Benayon do Amaral, as empresas multinacionais que operam no Brasil remeteram para o exterior, nos últimos três anos, cerca de US\$ 7,5 bilhões. No ano corrente, o país deve pagar US\$ 19 bilhões para amortizar sua dívida externa.

São essas algumas das muitas

cifras que deverão abalar o Congresso Nacional, a partir da abertura, hoje, da terceira sessão legislativa da atual legislatura.

Como se portarão os 584 congressistas, dos quais 336 deputados aprovaram, cheios de alegria, a emenda constitucional que dá ao presidente FHC, aos governadores e prefeitos o direito à reelegibilidade? Quantos já não estarão desconfiados que entraram numa fria, tanto mais que, após votarem eletronicamente, ainda fizeram questão de assinalar, de viva voz, aos microfones do plenário, como haviam votado? As fitas de gravação com tais votos constituem, hoje, peças históricas no arquivo fonográfico da Câmara. Por lei, estarão disponíveis, nas eleições gerais de 1998, para os adversários dos alegres deputados que embarcaram na aventura da reeleição, sem perceberem que talvez estivessem viajando como passageiros do *Titanic* da economia neoliberal de FHC, condenados, portanto, a um grande naufrágio político.